



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Apresentação: 03/04/2025 16:11:57.913 - CASP

REQ n.13/2025

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2025
(DA SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público Saúde destinada a discutir as perspectivas de mudança da organização e das atribuições da Polícia Rodoviária Federal e possibilidade de incorporação das polícias ferroviária e portuária.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público destinada a discutir as perspectivas de mudança da organização e das atribuições da Polícia Rodoviária Federal e possibilidade de incorporação das polícias ferroviária e portuária..

Requeiro ainda a Vossa Excelência que sejam convidados para participar desta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1- Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça;
- 2- Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal;
- 3- Sra. Esther Dweck, Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- 4- Sr. Mário Paiva do Nascimento , presidente da Associação Nacional da Guarda Portuária;
- 5- Sr. Osias Ribeiro, presidente da Federação Nacional dos Policiais Ferroviários Federais (FENAPFF).



* C D 2 5 9 2 9 8 0 5 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

6- Sr. Tácio Melo da Silveira, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais.

JUSTIFICATIVA

Elaborada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a Proposta de Emenda Constitucional da Segurança Pública deve fazer mudanças na Constituição para dar ao governo federal um maior poder de coordenação sobre políticas de segurança. Hoje, os governos estaduais tem total autonomia sobre esse tema.

A proposta prevê, entre outros pontos, a criação de uma nova polícia a partir da PRF, que deixaria de atuar apenas nas rodovias.

A ideia é que o órgão passe a ser uma polícia ostensiva ligada ao governo federal, que poderia agir também em portos, aeroportos, terras indígenas e fronteiras, por exemplo.

Essa nova polícia poderia ainda atuar nos estados, atendendo a pedido dos governadores, assim como hoje acontece com a Força Nacional, que é composta por policiais militares dos estados.

Segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, ao menos inicialmente, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) não contaria com recursos para aumento do efetivo ao ser transformada na nova polícia ostensiva ligada ao governo federal.

A alteração de status está prevista em uma proposta, em discussão no governo, que faz mudanças no sistema de segurança pública do país e que deve ser enviada ao Congresso nos próximos meses.

Atualmente, a PRF, atendendo a pedido, envia homens e equipamentos, como aeronaves, para ajudar em ações como combate ao garimpo, ao desmatamento, ao crime organizado e em situações de calamidade, por exemplo.

Hoje a PRF conta com cerca de 12.500 homens. Estudo da corporação aponta que o efetivo ideal seria de ao menos 18 mil.

Apresentação: 03/04/2025 16:11:57.913 - CASP

REQ n.13/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Apresentação: 03/04/2025 16:11:57.913 - CASP

REQ n.13/2025

De acordo com Lewandowski, a escassez de recursos públicos inviabiliza, hoje, uma discussão sobre investimento na ampliação da PRF, porém, o que o Ministério da Justiça vem trabalhando na construção da PEC é uma ampliação nas atribuições da PRF e um efetivo aumento da abrangência física de sua atuação.

Por outro lado, nem o Ministério da Justiça, nem o Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público abordam a situação das polícias ferroviária e portuária, cujas carreiras encontram-se praticamente sem uma regulamentação oficial.

Por estas razões, creio que o ambiente desta Comissão é propício para tratarmos desses assuntos, inclusive para subsidiar o Ministério da Justiça na elaboração final da PEC da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Alice Portugal
Deputada Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259298051100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal



* C D 2 2 5 9 2 9 8 0 5 1 1 0 0 *